
040ª SESSÃO ORDINÁRIA 09MAI2016

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Hoje, para mim, é um dia muito especial. Inicialmente, queria fazer uma homenagem nominal ao Carbona e a Marina, que foram os primeiros policiais civis que prontamente chegaram ao ocorrido no dia 5; depois eu farei uma homenagem extensiva a toda a polícia, à perícia que acompanhou o caso, ao delegado Rodrigo, que tem acompanhado o caso, ao delegado Carrazzoni, da 17ª Delegacia, que tem cumprido um papel fundamental. As ameaças não começaram agora; tenho sofrido ameaças comprovadamente na Internet, por *e-mail*, há mais de um ano, e se intensificou de morte, inclusive com as mais diversas vertentes. Lamentavelmente a minha família está pagando um preço muito alto por isso, está se mudando, indo para o Interior: o meu pai se mudou e, agora, obrigou praticamente a minha família a se mudar por conta do ocorrido na quinta-feira. Além disso, já tomamos as medidas que foram anunciadas: pedir a blindagem do carro, que já está andamento, a utilização do colete à prova de balas. Até deixo como recado para os indivíduos que estão sendo investigados que vou usá-lo, talvez até para que saibam que estaremos com uma proteção redobrada nesse momento. Quero dizer que não entendo que isso seja algum ataque a mim, única e exclusivamente, até porque, durante esse ano, eu encarei – nas madrugadas, como eu dizia – no carnaval, no Ano-Novo, no Natal, basta olhar na Internet, muitas vezes tendo que negociar com traficante, com gente que estava na condicional, para poder entrar no bairro para resgatar um animal. Muitas vezes, 1h30min, 2h, 3h da manhã - e não foram nem uma, nem duas vezes, eu estava comentando hoje com o delegado -, dos 365 dias do ano, no mínimo, 200 dias do meu trabalho foram depois da meia-noite. No mínimo, 200 dias, comprovados, gravados todos os registros de resgates de animais atropelados, assassinados, estuprados, espancados. A exemplo do caso do animal lá de Cidreira, que foi enterrado vivo, a exemplo da cadela que foi estuprada lá na

Restinga, outra lá em Albatroz. Lamentavelmente as pessoas criaram – digo lamentavelmente porque não existe uma delegacia de animais, Carbona – uma referência em mim, em vários Municípios do Interior. E muita gente me dizia: “Mas tu não és Vereador de Porto Alegre?” O próprio Prefeito, que me mandou uma carta de solidariedade, ontem, me disse: “Tu és Vereador em Porto Alegre”. E eu disse: não é porque atravessa uma ponte, um animal vai sofrer e eu não vou meter a mão. Quero aqui deixar registrado que atendi vários Municípios e vários tipos de maus-tratos durante o ano. E falo isso com lamentação de quem quer sair da vida política, de quem não tem saco para essa vida aqui, quanto mais para quem bota a mão direto como eu boto. O meu carro tem cheiro de sangue, quem entra nele – e quem não entrou, eu convido a entrar -, sente. Não tem um dia que o carro não tenha cheiro de sangue, cheiro de algum animal que foi maltratado, espancado. As pessoas, ao entrarem no meu carro, é a primeira coisa que notam é o cheiro, isso que ele é lavado três ou quatro vezes na semana, como o Viana sabe, está aqui e é a prova viva disso. Mas, para finalizar, quero deixar um recado para os bandidos criminosos que fazem mal para um animal, porque quem faz mal para um animal, faz mal também para uma criança e para um idoso. Não é por nada que tem que ter uma delegacia urgente para os animais! Nós estamos em 2016. Animal sente dor, gente! Eu estou aqui vivo para relatar o que passei. Animal tem fome, frio, dor, toma tiro – eu resgatei animal que tomou tiro, que não pode se esconder como eu e raciocinar. Tem animal que foi estuprado e que não pode escapar. E nós não termos uma delegacia de animais em 2016 é a comprovação de que a humanidade ainda é medieval, é atrasada, de que a política pública não chega; lamentavelmente não chega.

Para finalizar, quero dizer aos queridos amigos da Polícia que estão investigando e ganhando seus salários em nove vezes... Se falta para vocês, e é lamentável... Não tem hospital público veterinário em muitos Municípios! Nós aprovamos o projeto agora. Nós temos uma luta para conseguirmos um hospital público! E eu dizia ontem para uma menina que eu estou louco para sair fora da política. Estou louco para ir morar no Interior, no meio do mato, pois sou professor de loga. Esse aqui não é meu *habitat*. O que faz eu ficar aqui é a criação de um hospital público veterinário, uma delegacia dos animais, uma ambulância de animais e, minimamente, um projeto de castração para os animais, porque não adianta puxar a colcha de um lado e destapar do outro. E se tiver que morrer, que me

deem um tiro na cabeça, porque a minha luta pelos animais não vai terminar; ninguém vai me intimidar, com certeza. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, provavelmente iremos votar hoje à tarde um projeto do Ver. Sgarbossa que pretende implantar os *parklets* na Cidade. Acontece que a ótica do Ver. Sgarbossa não está de acordo com a ótica que normalmente acontece no mundo inteiro. Ver. Pujol, nós estivemos em Palo Alto, no Vale do Silício; vimos que nas ruas de lá eles fazem o seguinte...

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Vereador, V. Exa. é testemunha, porque estávamos lá juntos. Nas ruas onde tem o passeio largo, onde tem muitas árvores, eles protegem as árvores e fazem umas baias para os carros, retirando-os da pista de rolamento. Então, flui o trânsito, Ver. Mauro. E, onde não tem espaço para estacionamento, eles fazem os *parklets*, pequenos espaços, destinados, neste caso, para canteiros de flores. Também fazem espaços de convivência, mas fazem voltados para dentro do passeio público. Isso já funciona muito bem. Esta é a finalidade dos *parklets*: espaços de convivência, espaços de lazer.

Em Porto Alegre já tem alguns espaços, Ver. Cecchim. Olhe lá, na sua zona, na Rua Padre Chagas, eles já estão fazendo espaços de convivência, que não atrapalham nem o trânsito nem o passeio.

No Governo do Partido dos Trabalhadores, lá em Canoas, eles fazem adequadamente, Ver. Mauro Pinheiro. Isso no Governo de Canoas. Este é o correto, com espaços bonitos. Não atrapalham o trânsito e não atrapalham o passeio. Este, como podemos ver, é o verdadeiro *parklet*. O que o Vereador quer fazer? Ele quer fazer, como está no

PowerPoint, um espaço temporário, Ver. Paulinho, que invade a pista de rolamento, trazendo perigo para as pessoas e atrapalhando o trânsito.

Foi muito bom o Ver. Sgarbossa estar presente porque é isso que acontece. O projeto do Vereador foi rejeitado na Procuradoria, na CCJ, na CUTHAB, na CECE; foi aprovado apenas na CEFOR. Então, eu não concordo com essa visão e quero que os *parklets* sejam feitos de uma outra forma. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer aos partidos de oposição pelo espaço que me foi cedido. Na verdade, subo aqui porque ouvi dois terços da fala do Ver. Nedel e achei até curioso que ele utilizou o espaço de Liderança do Partido Progressista para falar de um projeto que deve ser votado ainda nesta tarde. O projeto trata justamente dessas extensões temporárias. São temporárias porque, apesar do Vereador ter mostrado uma foto dos estudantes de arquitetura da UFRGS, que, num exercício de demonstrar o quanto é importante ocupar os espaços públicos, fizeram aquela armação com *parklet* com um material muito provisório, provavelmente não tinham recursos para fazer algo não tão provisório assim. É lógico que não se quer – e o Ver. Nedel deve saber disso, talvez tenha se equivocado –, com o projeto, colocar estruturas tão temporárias assim, em madeira, como é o exemplo promovido pelos estudantes de arquitetura da UFRGS. Então, a ideia, nós depois discutiremos no projeto, é a ocupação dos espaços públicos. É lógico que em alguns lugares onde a calçada é suficientemente larga não é necessário retirar o espaço de um veículo automotor estacionado. Isso é bem verdade. Não se quer, necessariamente, retirar o espaço de circulação, de estacionamento, mas o problema é que são pouquíssimas calçadas na nossa Cidade onde há espaço suficiente para se fazer um *parklet* ou uma minipraça, como poderíamos chamar, porque é uma expressão em inglês ainda sem uma tradução correta. Então talvez a melhor palavra ainda seja *parklets*. Mas,

pág. 4

logicamente, em alguns lugares, eu diria, na maioria dos lugares, Ver. Nedel, a calçada é tão estreita que não cabe um *parklet* ali, não cabe uma minipraça. Portanto aí vem uma discussão muito interessante, até estava seguindo o seu raciocínio, achando que o senhor já poderia ter se posicionado a favor do projeto, mas, então, entendi que a linha geral é dizer que dá para fazer *parklet* desde que não retire o espaço do veículo automotor. Então eu lhe diria que é justamente isso que nós queremos fazer com o projeto. Nós nem estamos falando... O senhor está falando em trânsito, e eu estou falando no estacionamento. Eu não faria... O projeto não diz isso, e é mais uma derivação indevida que o senhor está fazendo. Não se quer fazer um *parklet* num lugar de passagem. Se ali for uma via de passagem, obviamente não se vai fazer um *parklet* para tirar toda a fluidez da via. Está-se colocando no projeto retirar uma vaga de estacionamento. Então onde ficaria ali, Ver. Prof. Alex, a vaga de um veículo, provavelmente de uma pessoa, estacionada durante o dia todo, ou pelo menos 4, 5 horas naquela manhã, naquela tarde ou naquela noite, ao contrário disso, em vez de uma pessoa tomar conta daquele espaço público, depositando ali o seu bem, teríamos ali um espaço público de fruição, de uso e de gozo de toda a população, potencialmente de toda a população. Então, vejam, no começo da sua fala achei que estava indo por esse caminho, mas depois entendi a lógica da sua fala. Mostrou o exemplo de Canoas, achei que fosse para fazer um elogio, o senhor até fez um elogio, mas no fundo era para fundamentar que não se pode tirar vagas de estacionamento, pode-se fazer *parklets* somente se houver uma calçada suficientemente larga para isso.

Por último, este é um projeto... Acusam-nos sempre, Ver. Prof. Alex, de que esta oposição não quer construir com a Cidade. Para este projeto, depois de protocolizado aqui na Câmara, foi aberto um grupo de trabalho na SMURB, com seus técnicos e entidades da sociedade civil, com a nossa participação, e fomos remodelando o projeto, inclusive alterando o próprio projeto. Então este, sim, foi um projeto construído - assim como outros também -, com a participação direta do Executivo Municipal, no caso, da própria Secretaria de Urbanismo.

Nós vamos pedir, depois, na hora da análise do projeto... Ainda cabem algumas falas; Pela segunda vez cai o *quórum* no momento da votação; portanto, vamos falar um pouco mais. Peço que seja um projeto, que já que é bom, que seja bom para a Cidade, não com

argumentos como os que acabei de escutar aqui, que, na verdade, elogiam de um lado para no fundo dizer que só se deve fazer *parklets* na calçada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Ver. Idenir Cecchim com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu imagino que muitos Vereadores estejam nos gabinetes assistindo ou ouvindo as notícias de Brasília. Volto a repetir: se o PT fizesse tanta força igual ao PCdoB faz para manter o *status quo*: vejam essa história de o Flávio Dino, Governador do Maranhão, se aliar com o tal de João Maranhão ou Valdir Maranhão, não importa o nome, é bom nem lembrar desse nome, de viajarem de jatinho durante a madrugada para pegar a cópia de um documento que o ministro defensor da Dilma fez e apresentar, que não se sustenta para nada, mas afinal a curiosidade é muito grande. E nós devemos respeitar porque o PCdoB aprendeu também a dar golpe de madrugada. Se chamarem de golpe para um, é golpe para outro. Mas que golpistas, fizeram uma escolinha de golpistas. Primeiro diz que não vai ter golpe, depois prepara o golpe. Não sei mais o que é golpe. O que tem é a grande vontade do povo brasileiro de se livrar dessa gente de uma vez por todas. Xô! Ninguém mais aguenta, Ver. Mendes Ribeiro. O povo brasileiro, quando ouve uma notícia de que poderia ser interrompido o *impeachment*, fica triste. Isso quer dizer que quanto mais rápido, quanto mais célere for esse protesto, o povo brasileiro deixará um pouquinho a tristeza de lado, depois de todos esses da administração do Lula e da Dilma. Não temos muito o que falar sobre isso agora. O Senado vai fazer a votação na quarta-feira. A Dilma vai continuar morando no Palácio... Tenho que respeitar e respeito, Presidente, ex-Presidente, todos, mas não podemos conviver mais com essa incompetência aliada à larapia, à roubalheira. Não vamos mais ficar aqui perdendo tempo com essas bobagens, criadas pelos ex-inquilinos do Palácio do Planalto, por que a maioria já se mudou; as caixas já se foram embora. É melhor que esperemos para a quinta-feira, para um novo amanhecer, para que o Brasil volte a ter esperança de ter um governo, apenas ter um governo, porque agora estamos sem governo e com os ladrões todos batendo às portas dos cofres brasileiros. Vamos fazer, Ver. Tarciso, o nosso trabalho aqui na Câmara de

Vereadores, mas todos nós temos a certeza, olhando um para outro colega, que estamos impotentes, não estamos conseguindo nem dar explicações, e muito menos dar uma palavra de coragem, de conforto ou esperança para o nosso povo lá fora. Quem vai para a farmácia não consegue pagar o remédio, quem recebe aposentadoria, seu dinheiro não para muito porque o Lula inventou o tal de empréstimo consignado para os amigos dele, de um banco, que deverão ser presos junto com ele, que acabaram com o pequeno salário dos aposentados, que ganham pouco. Esse Brasil, nos últimos anos, se dedicou... O Brasil, não, o Governo do Brasil se dedicou a tomar o dinheiro de quem tem pouco e se encarregou de enriquecer muito os bancos, menos os bancos públicos: a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil também estão sendo vítimas de um Governo corrupto que faz qualquer coisa para se manter no poder. Hoje vemos que todos os fundos de pensão, tanto dos Correios, como do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Caixa Econômica, Postalís, todos estão quebrados pela medonha vontade de roubar onde tem dinheiro. Esse Governo terminou. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje, falo em Liderança pelo meu Partido, o PSOL; portanto, em nome também da Ver.^a Fernanda Melchionna, que me concedeu esta participação, para expor que, no final da semana passada, tivemos a entrega do relatório da Frente Parlamentar Contra a Violência nas Escolas. Durante o ano de 2015, foram realizadas aqui na Câmara e em diferentes comunidades de Porto Alegre reuniões sistemáticas para debater esse tema que é tão sensível a todos nós: a violência nos espaços escolares. Embora, nos inícios dos nossos trabalhos, a Secretária de Educação do município de Porto Alegre ter afirmado, categoricamente, que não existia violência dentro de sala de aula, não existia violência nas escolas, nós fomos constatando pouco a pouco, ao longo das nossas reuniões, que essa realidade existia, sim. Infelizmente essa realidade, esses dados não eram oficialmente contabilizados por uma série de problemas. Primeiramente, não havia um grande canal de comunicação entre as

escolas, as direções escolares e a Secretaria; portanto, quem não tem recebe os dados, obviamente vai dar um tratamento inferiorizado a esse tipo de informação. Segundo, ao longo dos nossos trabalhos, percebemos, através de inúmeros relatos, que muitos professores já tinham sido vítimas de algum tipo de violência dentro das escolas onde trabalhavam; portanto, ao final do ano passado, para finalizar um ano de trabalho da frente parlamentar, resolvemos fazer um questionário e aplicá-lo em 15 escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal. Escolhemos o Ensino Fundamental por conta dos altos índices de relatos de violência. Nas 15 escolas, 211 profissionais de educação foram ouvidos. O dado é estarrecedor: 76% dessas pessoas consultadas já haviam sofrido algum tipo de violência no interior dos espaços escolares. Senhoras e senhores, não podemos mais invisibilizar esse dado – 76% dos profissionais de educação já sofreram algum tipo de violência; destes, 21% agressão física; 8% sofreram ameaças, inclusive, ameaças de morte, sendo ameaçados, em alguns relatos, por pessoas portando armas. Essas são as nossas escolas municipais. Essa é a nossa realidade. Algo precisa ser feito e o mais rápido possível. Por isso vamos encaminhar este relatório para a Secretaria Municipal da Segurança e para a Secretaria Municipal de Educação para que ele possa subsidiar políticas públicas a respeito deste tema. Precisamos diminuir os índices de violência nos espaços escolares. É impossível que a comunidade escolar possa ter um bom aproveitamento das suas atividades, se está, constantemente, ameaçada. Isso não é aceitável. Precisamos resguardar os profissionais e aqueles alunos que precisam aprender. Por hoje, mantenho aqui o relato. Vou encaminhar, para todos os Vereadores e Vereadoras, uma cópia do nosso relatório em PDF. Uma boa tarde de trabalhos e debates. Até mais.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, Vereadores, Vereadoras e todos que nos assistem. Eu dificilmente venho à tribuna, mas, Ver. João Carlos Nedel, o

que me traz aqui hoje é que estou muito preocupado com tudo o que está acontecendo no nosso País, Ver. Janta. A minha primeira preocupação é com a educação, também com o esporte e a cultura. Lembro que, na minha época de infância, os meus pais diziam: “Você só tem que estudar”. E Era um estudo de qualidade, quando não existiam escolas particulares; mas o Brasil mudou muito - essa é a minha preocupação. Eu estive conversando com a Secretária Cleci, e vi nela uma sensibilidade muito grande, através da educação. Hoje, como Presidente da CECE, eu recebo muitos *e-mails* das escolas que a gente tem visitado sobre as quadras cobertas. Esse sol hoje que entra radiante no nosso País, ficando essas crianças expostas à chuva; portanto o único lugar de lazer, para fazer a educação física, seria esse espaço. A merenda, no Brasil, nos colégios, é importante para as crianças; muitas crianças têm a merenda como o seu almoço e a sua janta isso todos nós sabemos, não fui eu que descobri isso agora, isso já vem há mais 10, 15 anos. Então, essa é a minha preocupação com todo esse barulho que está havendo no Brasil. Os mais prejudicados são aqueles grandes trabalhadores que fazem este País e que têm uma esperança enorme de que os seus filhos herdem um país de educação, um país de saúde, um país de segurança. Essa é a minha preocupação! A minha preocupação não é comigo, é com que país eu estou deixando para os meus filhos, para os meus netos - essa é a minha preocupação. Assim foi a preocupação dos meus pais: que país eu estou deixando para o meu filho? Ele deixou um país bom. Será que a gente vai deixar este país para os nossos netos, um país de esperança, um país de amor, um país de compreensão? Isso tudo me preocupa. Não é se tem *impeachment* ou não; a minha preocupação é o depois. Este País vai mudar? Este País vai ter essa ponte que todos nós queremos atravessar, chegar lá e encontrar um país que nos dê essa segurança? Assim dizia Moisés quando saiu com os escravos, buscando a terra prometida. Será que nós vamos encontrar essa terra prometida, essa terra farta para os nossos netos, para os nossos filhos? Eu tenho a preocupação e tenho muito medo de que possamos estar atravessando uma ponte e lá, do outro lado, a gente não saiba o que vai encontrar, mas nós podemos atravessar um ponto sabendo que vamos chegar lá, vamos encontrar uma terra fértil, onde vamos ter que trabalhar e lutar para colher bons frutos. Essa é a preocupação de todos nós, não é encontrar tudo pronto, porque dificilmente isso vai acontecer. Espero que os grandes governantes deste País, os grandes pensadores deste País parem de pensar um pouco em si, mas pensem no País, no país vamos deixar para

esse povo, para esse povo trabalhador, para esse povo maravilhoso que o ajudou a construir, para todos: negros, brancos, índios. Deixar um país como país em que chegamos, a terra prometida, onde nos instalamos e construímos coisas lindas. Este é um País onde temos tudo, gente! Um País em que nada a gente tem que buscar lá fora, mas infelizmente existem pessoas que não vêm um país como a sua casa, no momento em que começarmos a olhar para o País e vemos como a nossa casa, nós vamos lutar mais por este País e dar aquilo que esse povo merece. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria saudar todas as mães de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, do Brasil, em especial a minha mãe, dona Neuza, a mãe do meu filho, minha companheira, Carla. Ontem todas as mães comemoraram seu dia: mães trabalhadoras, donas de casa, professoras, comerciarias, rodoviárias, metalúrgicas, sapateiras, enfim, todas trabalhadoras.

Também quero falar do assunto que está pipocando por aí, todo povo brasileiro pensou que a decisão errada do Supremo Tribunal Federal que tirou somente o Presidente envolvido na Lava Jato ia resolver o problema do Brasil. Nós achávamos que tinha que tirar todos os envolvidos na Lava Jato e na Zelotes. E a prova disso está aí hoje. Ficou lá um Presidente idiota e imbecil que hoje, numa decisão espontânea, arcaica, ao seu bel-prazer, resolve pedir de volta o processo do *impeachment*. Olha que ser imbecil! Um projeto aprovado por maioria absoluta da Câmara Federal, com quórum qualificadíssimo, em Sessão presidida por um Presidente que, na semana passada, quando assumiu, encerrou a Sessão com quórum qualificado, antes de seu término, com Deputados inscritos para falar e, que, hoje, surpreende a Nação e o mundo pedindo de volta o processo que já tinha sido votado e encaminhado para o Senado, alegando coisas absurdas, querendo aparecer. Devia ter se pintado de amarelo com tinta fluorescente, foi só o que faltou. Isso mostra a total irresponsabilidade, total insanidade desse senhor que levou o dólar a subir, a bolsa a cair. Automaticamente vários partidos, inclusive o Solidariedade, já procuraram o Supremo para garantias jurídicas, mas também se viu a

pág. 10

posição do Senado que imediatamente disse que não vai devolver processo nenhum, dizendo que já foi criada a Comissão, já foi votado o parecer da Comissão e que quarta-feira será votado, no Plenário do Senado, o processo de *impeachment*. Não se sabe onde esse cidadão está com a cabeça, a juízo de que esse cidadão fez isso, por que fez isso, trazendo esse escândalo à Nação brasileira? Volto a afirmar, um processo que foi embasado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, um processo que foi aprovado por maioria absoluta do plenário da Câmara Federal, um processo que foi encaminhado de forma democrática pelo plenário da Câmara Federal e que já foi acolhido pelo Senado Federal. Então, chego à conclusão de que este cidadão realmente é mal intencionado, um imbecil e um idiota por tomar uma atitude dessas. Mas tenho certeza de que o povo na rua, com sua determinação com muita força, fé e solidariedade vai manter a vontade do povo, que é o Brasil voltar para o rumo, voltar a investir na indústria nacional, voltar a gerar emprego e renda, voltar a crescer, que a gente volte a ter uma pátria livre e soberana. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; hoje a notícia da anulação da votação pelo Presidente, Deputado Maranhão, surpreendeu a todos e a todas. No entanto, acho que é importante, para que a população, os próprios Vereadores e Vereadoras e a sociedade possam discernir o que está acontecendo, verificar o que houve. Dia 25 de abril, a Advocacia-Geral da União - AGU, entrou com uma solicitação ao então Presidente Cunha, Presidente deposto; depois, por corrupção, tardiamente, na nossa avaliação, solicitava a avaliação, vejam os senhores, oito dias depois da votação, que aconteceu no dia 17, então, a AGU entrou com um requerimento junto à Câmara Federal solicitando anulação e arrolando uma série de irregularidades que haviam ocorrido e tornavam nulo o processo de acolhimento do *impeachment* da Presidente na avaliação do Advogado-Geral da União. Ora, o Presidente Cunha não respondeu – desde 25 de abril – ao requerimento da AGU, nem “sim”, nem “não”, não deu resposta nenhuma.

O Deputado Maranhão se refere a isso. Assumindo a presidência da Câmara, ele tem esse ofício para despachar junto à sua mesa, junto aos temas urgentes e emergentes. O que argumentava a Advocacia-Geral da União? Dizia que o processo havia ferido a definição do Supremo Tribunal Federal. Lembrem que, quando o Supremo, ao analisar o Mandado de Segurança nº 34.130, que a AGU havia impetrado, dizendo que o objeto estava equivocado, fez um posicionamento e firmou, assim como antes havia firmado qual seria o rito do *impeachment*. A argumentação da AGU é que não houve respeito às determinações do Supremo na votação. E o Deputado Maranhão, em nota pública que os senhores podem consultar na imprensa e na rede social, diz: “Eu afastei o argumento de que os Deputados votaram por convicções diversas das do objeto do *impeachment*”. Então, o Presidente não foi afoito, não fez impensadamente e nem espontaneamente, porém, porque o Supremo havia definido que a convicção político-partidária é pessoal e corresponde ao juízo individual de cada Parlamentar - o Supremo escreveu isso -, como os partidos, as bancadas orientaram a votação, isso pressupõe uma posição anterior e não individual dos Deputados. Mais: o Supremo firmou que o objeto está restrito à denúncia recebida. Observem os senhores que o próprio relatório do Deputado Jovair Arantes gastou 12 páginas detendo-se na Operação Lava Jato, que não era objeto do *impeachment*. E o Supremo disse que isso não podia. Houve um outro tema que deu argumento e para o qual chamo a atenção, porque esta Casa se debruça muitas vezes sobre procedimentos legais. Segundo o Regimento Interno da Câmara Federal, a única forma de materialização das decisões da Câmara é a edição de resolução. O Sr. Presidente Cassio e o Vice-Presidente Paulo Brum sabem bem; no entanto, o Sr. Cunha, afastado pelos crimes todos que vem respondendo, limitou-se a fazer um ofício ao Senado Federal. Então, era necessário esse procedimento burocrático, previsto no Regimento - ele precisava ter emitido uma resolução com a decisão da Câmara e não o fez. Havia outras argumentações do Advogado-Geral da União, mas principalmente nessas duas baseou-se a decisão do Deputado Maranhão, Presidente da Câmara Federal, que encaminhou ao Senado, para que este devolva à Câmara para nova votação. Ora, se isso pode parecer algo meramente burocrático, nós temos o entendimento de que é retomar a seriedade na política brasileira, porque o que o Brasil assistiu no dia 17, mostrava uma irresponsabilidade com a Nação brasileira, com a

formalização de um processo que está, nada mais, nada menos, que depondo uma Presidente da República.

Eu quero encerrar este tempo do Partido dos Trabalhadores dizendo que a seriedade com o trato desse tema é necessária, inclusive, para quem quiser substituir e dar sequência à gestão no País. Ela é necessária para a respeitabilidade no Exterior, para que se estabilize esta Nação, para que se volte a crescer. A Presidente Dilma, de muitos dos integrantes do Congresso e do Senado, é a única que não responde por algum crime. E ao contrário do que se diz, ela, sim, investe na investigação, investe na Polícia Federal, e agora já adiantou R\$ 160 milhões do orçamento da Polícia Federal para que não haja o risco de que a Lava Jato pare e não termine o seu serviço. Não só a Lava Jato, como toda a autonomia no Ministério Público e outras operações da Polícia Federal, como a operação Zelotes, sobre sonegação de impostos, um crime gravíssimo contra o povo brasileiro. Que retorne a seriedade e que se trate com seriedade as decisões do novo Presidente da Câmara. Este, pelo menos, não tem a ficha que o Sr. Cunha tinha, e que mesmo assim foi mantido lá de forma irresponsável, na nossa avaliação.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, lamentavelmente, somente agora o Ver. Dr. Thiago é visto aqui no Plenário, senão, evidentemente, ele responderia essa manifestação da Ver.^a Sofia e me pouparia de vir à tribuna lamentar que a nossa colega... Lamentar, não, até cumprimentá-la pela sua postura de intransigência defensora de todo esse processo que nós, a grande maioria do povo brasileiro, pretendemos que seja interrompido.

Hoje, seria natural que a Casa cumprimentasse o povo brasileiro, que, pela sua voz nas ruas, já teve duas vitórias: a abertura do *impeachment* da Presidente Dilma e a suspensão do mandato do Presidente da Câmara dos Deputados. O “fora Dilma” e o “fora Cunha” estão vitoriosos no presente momento.

Agora, o Deputado Maranhão resolveu escrever o seu nome na história, e a Ver.^a Sofia, na sua diligente atuação em defesa dos seus companheiros e da sua companheira, nos

surpreende, porque um dia eu até citei, um pouco ironicamente, que ela era a nova velhinha de Taubaté, mas ela é muito jovem ainda para ser velhinha. Ela é uma jovem militante que parece que acredita no Coelho da Páscoa, no Papai Noel, e que essa história que o Maranhão inventou vá prosperar mais do que já prosperou. Sob todos os aspectos, a ilegalidade desse ato, a sua inconsistência... Qualquer Vereador, Deputado, Senador sabe que a palavra de ordem, em qualquer Parlamento, qual é, Ver. Mauro Pinheiro? A soberania do Plenário. Ora, esse cidadão sozinho se sobrepõe à maioria do plenário da Câmara dos Deputados, que, por mais do que 2/3, com sobra de votos, tomou a decisão que ele pretende anular agora, e o faz tardiamente, porque essa decisão já foi encaminhada ao Senado Federal, que já confirmou a decisão. E agora, o que está em andamento não é mais o processo da Câmara de Deputados, e, sim, a iniciação do processo, que foi admitido no Senado Federal e do qual não tem retorno.

Então eu quero tranquilizar, especialmente a Nação brasileira, que ficou inquieta nessa hora, de que nada disso vai acontecer; já existe, inclusive, movimentação até para formalizar essa situação, já tem processos no Supremo para que seja declarado o ato abusivo do Vice-Presidente da Câmara, que, sozinho, está querendo se contrapor à grande decisão, à histórica decisão da Câmara dos Deputados, quando, por ampla maioria, deliberou encaminhar ao Senado Federal a recomendação de iniciar um processo que o Senado entendeu de iniciar e que não tem retorno.

Lamento informar aos defensores da Presidente Dilma, aos seus asseclas, desse clima instalado no Brasil que, felizmente, vai ser interrompido, que é tarde demais, que manobra dessa ordem, nem o ex-Ministro da Justiça, agora Advogado-Geral da União, vai obter. Claro, o nosso Vice-Presidente da Câmara dos Deputados anunciou, na sexta-feira, que “na semana que vem vocês vão me reconhecer como um homem capaz de conduzir a Casa”. Surpreendeu a todos, demonstrou uma competência para provocar uma desordem nacional que, com a graça de Deus, não haverá de se espalhar, será limitada ao efeito que já produziu: inocuidade, porque não alteram, de modo nenhum, o processo em andamento no Senado Federal. E o “tchau, tchau, querida”, continua mais forte ainda.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Mario Manfro (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que o Grande Expediente seja após a Ordem do Dia. Após retornamos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mario Manfro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego o Ofício nº 021/2016, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 05 de maio de 2016, o qual procedo a leitura. (Lê.): “Senhor Presidente. Ao saudá-lo, venho expressar meu reconhecimento pela retirada de tramitação do requerimento ‘Moção de Repúdio ao comportamento do Reitor da UFRGS’, aprovado por essa Casa no dia 20 de abril passado. O arquivamento da Moção demonstra toda a grandeza do parlamento municipal ao acolher o pedido de reconsideração do tema feito por esta Universidade. Acredito que com isso as relações entre as instituições saem fortalecidas pelo ato de respeito mútuo à autonomia e liberdade de ambas. Aproveito a oportunidade para, também, manifestar minha satisfação pelo encaminhamento do tema e solicitar a Vossa Excelência que transmita a todos os vereadores meu cordial agradecimento. Enfatizo, ainda, que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como espaço democrático e plural, está sempre de portas abertas para a defesa do amplo e construtivo debate de idéias. Atenciosamente. Carlos Alexandre Netto, Reitor da UFRGS”.

A Sra. Sofia Cavedon: Ver. Cassio, estou surpreendida positivamente pela carta enviada a V. Exa, inclusive quero sugerir que envie cópia a todos os Vereadores e Vereadoras desta Casa. E quero, mais uma vez, parabenizar a reconstituição das relações e o respeito à autonomia universitária, à democracia universitária que esta Casa construiu na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Feito o registro, Vereadora. Isso inclusive está consignado nos anais desta Casa, através das notas taquigráficas.

(1517min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLCE nº 012/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, discutir e votar o PLL nº 002/16 e logo após na seguinte ordem: PLL nº 245/15, PLL nº 028/16, Requerimento nº 053/16, PLL nº 131/15, PLL nº 064/16, PLL nº 270/15, PR nº 008/16, PLL nº 018/16, Requerimento nº 045/16 e PLL nº 013/13 . Após retornaremos à ordem normal. Em votação. Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em discussão o PLL nº 002/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum deliberativo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em discussão o PLL nº 245/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Larry Pinto de Faria, uma homenagem póstuma, falecido há poucos dias, que foi sepultado no último sábado. Não vejo obstáculo regimental e, mais do que isso, deveria ter sido feito no início da Sessão, mas, por uma razão qualquer foi esquecido. Quero fazer este registro referente ao valoroso integrante da equipe da qual V. Exa. é simpatizante, que ontem foi tricampeã, que deu grandes glórias ao Internacional, mas que foi, sobretudo, um grande homem público, um bom Vereador, um bom Deputado e excepcionalmente um grande amigo. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Muito bem lembrado, Ver. Reginaldo Pujol. Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLL nº 028/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.

Em votação Requerimento nº 053/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 131/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum deliberativo. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em discussão o PLL nº 064/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 270/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PR nº 008/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 018/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 045/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLE nº 013/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação o PLE nº 013/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 028/16. Após retornarmos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Elizandro Sabino (Requerimento): Sr. Presidente, Solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 028/16, votar a Indicação nº 037/15. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Elizandro Sabino. (Pausa.)

O Sr. Elizandro Sabino: Sr. Presidente, eu retiro o requerimento, tendo em vista que o Ver. Marcelo Sgarbossa solicitou para dar uma olhada detalhada no indicativo.

Em votação o Requerimento nº 028/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão, em 1ª Sessão, o PELO nº 001/15. (Pausa.) O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 001/15.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quando se fala em economia criativa, aparentemente, é algo novo e, na verdade, o é. Deve ser o inglês John Howkins que conceituou, pela primeira vez, pelo que sei, a economia criativa. Na verdade, não se trata de instalação de um projeto industrial ou comercial tradicional e sim de trazer muito da arte, do artesanato e da tecnologia para dentro de uma ideia nova. Esse projeto tem por objetivo incluir na Lei Orgânica do Município, no capítulo de atividades econômicas, um artigo tratando expressamente do incentivo à economia criativa, uma vez que no nosso Município as diretrizes ainda estão estabelecidas por decreto. Pode-se dizer que a economia criativa é um conceito ainda em construção, como eu disse anteriormente, pode surgir a partir ou em decorrência de uma ideia simples no artesanato, nas artes e na tecnologia. O inglês John Howkins conceitua a economia criativa da seguinte maneira: “atividades nas quais resultam em indivíduos exercitando a sua imaginação e explorando seu valor econômico. Pode ser definida como

processos que envolvam criação, produção e distribuição de produtos e serviços, usando o conhecimento, a criatividade e o capital intelectual como principais recursos produtivos”. Portanto, é um conceito, em grande parte, decorrente de um conceito também novo de inovação, quer se inovar, se sair do tradicional para entrar em ideias, muitas vezes, avançadas no tempo. Na verdade não há grande segredo em se tratando de economia criativa, trata-se apenas de uma forma de diversificar a economia tradicional – como eu disse anteriormente – apostando na criatividade para impulsionar uma cidade ou região, gerando desenvolvimento econômico, recursos, empregos e renda em geral. Isso decorre por meio não apenas de setores e segmentos criativos, como também de atividades, planejamento e modelos de negócios que utilizam-se da criatividade e da inovação para gerar riqueza e benefícios, independentemente, do setor de atuação, ou seja, precisamos reinventar a forma como trabalhamos e geramos valor econômico e financeiro para o nosso trabalho, e como interagimos com o meio ambiente para geração de riqueza. No Brasil o cenário é muito positivo para a economia criativa, pois envolve setores que nunca foram estimulados do ponto de vista econômico. Calcula-se que no País a economia criativa já fature R\$ 380 bilhões por ano, o equivalente a 16,4% do PIB.

Em Porto Alegre, a economia criativa tem sido discutida entre os Poderes Executivo e Legislativo mediante a constituição de grupos de trabalho.

Existe, desde outubro de 2013, o Comitê Municipal de Economia Criativa, composto de 38 instituições, alcançando Secretarias Municipais, universidades, empreendedores e associações, onde estão definidos os papéis do comércio e da sociedade civil, dos profissionais criativos. Esse Comitê é liderado pelo Gabinete de Inovação e Tecnologia, conhecido com Inovapoa. Significa dizer que a nossa Capital reconheceu o potencial inovador e transformador dessa economia, da qual sobressai, sem dúvida, o polo de economia criativa do 4º Distrito.

Aqui chamo a atenção de todos: o 4º Distrito sempre foi considerado uma área abandonada, com problemas de toda ordem a partir do deslocamento de indústrias, eis que era uma área praticamente só industrial que foram para outros municípios, e Porto Alegre se transformou, assim como o 4º Distrito, numa área de serviços.

O 4º Distrito, portanto, é um alvo da economia criativa. Mais ainda: o Poder Executivo está propondo agora a criação de um sistema municipal de ciência e tecnologia, com a atribuição de definir e priorizar as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação.

Em conclusão, Sr. Presidente, pode-se dizer que a economia criativa promove geração de emprego e de renda e abertura de novos mercados, ao mesmo tempo em que estimula a diversidade cultural. Eu chamo atenção para a importância desse projeto também neste aspecto: ele estimula a criatividade cultural com a inclusão social e o desenvolvimento humano. Acumula, portanto, sonhos, que podem ser transformados em realidade. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir, em 1º Sessão, o PELO nº 001/15.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Villela, eu fico extremamente feliz nessa minha volta à Câmara Municipal e poder discutir, na tarde de hoje, dois temas da modernidade. De um lado, o seu projeto que inclui, como incentivo, a economia criativa, e depois o projeto do Ver. Sgarbossa, que é um outro tema que há muito tempo eu venho estudando, venho olhando, venho vendo que é a questão dos *parklets*. Ou seja, algo tão simples, mas que às vezes os poderes públicos têm um conservadorismo tão grande nas suas cabeças, que não conseguem entender, de um lado a economia criativa, acham que isso é coisa de *nerd*, que é coisa de menino que está na Internet. Quando isso! Eu quero agregar à sua fala, no caso de Porto Alegre, a economia criativa na área da Cultura e das Artes é algo fantástico, como, por exemplo, no cinema. As pessoas não se dão conta de que Porto Alegre tem um empuxo econômico na área de produção de cinema e de vídeo. Grandes peças de publicidade são feitas em Porto Alegre. A luz que nós temos ajuda nisso. Eu fico pensando aqui: nós somos obrigados a colocar uma diretriz na Lei Orgânica do Município, enquanto isso, nós já temos iniciativas brilhantes da sociedade civil.

Vila Flores é um espaço na São Carlos, num prédio que foi feito por José Lutzenberger, o pai, o arquiteto, o artista, prédio de 1928 - eu acredito - esquina com a Hoffmann, um restauro feito pela família Chaves Barcellos Wallig. Vila Flores, refloresta, capitaneado pelo Carlos Augusto, ali do *hostels*, com um projeto de mobilização no 4º Distrito, as atividades feitas de economia criativa e colaborativa, porque temos vários escritórios que são feitos de forma colaborativa, inclusive dentro do Shopping Total, e aqui faço menção

especial ao Eduardo Oltramari, que está inclusive puxando alguns debates na área do próprio turismo, turismo cultural, turismo de eventos. É bom que nós possamos colocar isso de uma forma clara, porque infelizmente a lei sempre corre atrás da sociedade, atrás da economia e, quando vejo o esforço feito pelo Inovapoa, que reúne 38 instituições, mas às vezes isso me dá uma certa tonteira, confesso. Aqui em Porto Alegre, o pessoal tem a mania de ir à primeira reunião, dar o nome, subscrever uma tese e depois fica ao deus-dará. Isso tem que mudar! Não é só colocar o nome, não é só apoiar, não é apenas subscrever, tem que fazer, é preciso. O DMLU, tive o prazer de propor e foi feita uma coleta de lixo eletrônico em plena Praça da Alfândega, no sábado. Nós temos que evoluir, porque temos uma evolução no Cesmar, lá na Zona Norte, com acondicionamento de computadores, mas se olhar para Valparaíso, lá em Goiás, eles avançaram muito mais, eles aproveitam absolutamente tudo de uma TV velha, de um computador velho, de um celular velho, de fios, etc. Ou seja, a economia criativa fica nisso e muito mais porque tem o *design* administrativo, tem o *design* das empresas, é a forma, a formatação como as empresas devem e podem trabalhar. Portanto, estou aqui para apoiar integralmente a proposta e, mais do que isso, quem sabe, V. Exa. conosco e outros Vereadores puxem um grande movimento por uma Porto Alegre criativa e colaborativa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 001/15.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, meu caro Ver. Villela, o Ver. Adeli Sell é um homem diferenciado do PT, porque ele entende dessas coisas de informação e de modernização. Quando nós estamos falando de economia criativa, nós estamos falando de inteligências que estão à nossa disposição. Inteligências. É um capital enorme que nós não vemos, mas está na cabeça, ou na inteligência de muitas pessoas aqui de Porto Alegre, aqui do Estado. Nós temos muitas pessoas que têm muito a dar.

Eu tenho certeza de que um projeto como esse é uma indicação, um caminho que nós precisamos dar para o 4º Distrito, a Floresta, para todos esses bairros que tiveram o seu desenvolvimento truncado por muitos anos por uma desastrosa lista de interesse cultural

do Epahc. Eu espero que projetos como esse ajudem a abrir a cabeça do Epahc, ajudem a transformar, pelo menos, os interiores de todos esses prédios. E não fiquem com essa bobagem que, no interior, não dá para botar ar-condicionado, não dá para mudar o piso, não dá para mudar o forro. Claro que dá! Tem que deixar a história visível, aquela história das fachadas. Eu, muitas vezes, disse que, se esse pessoal do Epahc não conhece o mundo, eu até me proponho a fazer uma vaquinha para mandar eles olharem como é que funcionam as cidades históricas do mundo. Em Roma, todos os prédios têm ar-condicionado e até elevador dentro, e se protege aquela parte que é, realmente, histórica. Aqui, por muito tempo – e ainda restam alguns –, misturam o que histórico com aquilo que é velho. Mas esta nossa parte importante da Cidade que é o 4º Distrito está clamando por um rejuvenescimento. Que bom que nós possamos fazer um rejuvenescimento através da inteligência, através da economia criativa, da economia inteligente, da economia limpa, que podem transformar não só o 4º Distrito, mas podem transformar uma Capital como Porto Alegre numa cidade de aproveitamento de inteligências, que estão à disposição da cidadania, do progresso, de arrecadação para o Município e de recuperação de uma parte que já foi muito importante economicamente e que com o passar dos tempos - e isso é natural -, com a expansão das grandes cidades, as indústrias, o 4º Distrito, as transportadoras, foram se indo para outros lugares, para outros Municípios. Nós precisamos repor isso tudo através da economia inteligente, da economia criativa, da economia daqueles que querem o progresso, daqueles que querem uma Cidade melhor. Cidade participativa não é só no Orçamento Participativo, é aproveitando a inteligência, a capacidade dos seus cidadãos para o progresso do Município. Não é só para fazer pedido no Orçamento Participativo; é pedir para que a Cidade se transforme moderna e participativa através da inteligência e da capacidade dos seus cidadãos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 001/15.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente Cassio; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho a esta tribuna, prezadíssimo Guilherme Socias Villela, para cumprimentá-lo, e fico imaginando o período em que o senhor foi prefeito de Porto Alegre,

quantas coisas criativas deve ter feito das quais não tomamos conhecimento, nós enquanto sociedade. Porque a gente conhece o Parque Marinha do Brasil e outros parques tradicionais de Porto Alegre, que precisamos ficar repetindo aqui que foram feitos durante o período do seu governo. Agora, eu estava mencionando, inicialmente, as questões criativas, as mais simples, as mais próximas de cada um de nós. Quem trabalha na iniciativa privada, muitas vezes, se dá conta de que se ficar uma tarde junto com um com um dos colaboradores para ver como é que ele faz o seu serviço, no final do turno, terá progredido muito, porque quem tem um pouquinho de sensibilidade para as questões de criatividade colabora com uma quantidade muito grande. A maioria, ou por não ter tempo, ou por não valorizar esses pequenos gestos, peca, e muito. Vossa Excelência traz o projeto em si, mas trata de um tema muito importante: a criatividade. A criatividade é algo extremamente importante nas nossas vidas, independente da atividade profissional de cada um, da vida de cada um. Quem é criativo, mesmo muitas vezes faltando as experiências teóricas, consegue trazer para a sociedade inventos de muita importância, basta observarmos os inventores que têm pelo Interior do Rio Grande, que muito pouco frequentaram os bancos escolares, mas são seres criativos, e, as suas criações, na mão de técnicos com experiências mais apuradas, com questões científicas, são ainda mais aprimoradas.

Quero cumprimentá-lo, Ver. Guilherme Socias Villela, por trazer um tema tão importante para nós. Eu só lamento que nós todos, enquanto sociedade, família, empresa, Poder Público de modo geral, não investimos mais na criatividade. Se nós tivéssemos, aqui em Porto Alegre – esse assunto já foi debatido aqui –, um setor de licenciamento que pudesse ter representantes de todas as secretarias, antes de protocolar um projeto os técnicos poderiam observar e dizer “não está apto a ser protocolado, devolva, faça a devida correção e encaminhe para esta Casa que nós vamos aprovar”. Mas é o contrário, nós temos uma outra cultura, nós, enquanto Poder Público, muitas vezes temos, num setor importantíssimo, a pessoa com menos qualificação profissional, que é o setor que não é valorizado, o setor de protocolo, que recebe tudo, sem nada analisar, e, com o tempo, os departamentos, as secretarias vão se congestionando de processos, o que é um desestímulo para os técnicos fazerem o seu trabalho no dia a dia. Lá na recepção, lá na entrada, terão que estar lá os melhores, os mais qualificados. Parabéns, Villela!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 001/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, primeiro quero parabenizar o Vereador proponente, nosso ex-Prefeito Villela porque este é um tema atual, muito moderno, ainda não constante das nossas políticas públicas. Portanto, de um lado, é uma oportunidade para o jovem, que não exige muito investimento, e, vamos dizer, são áreas novas de negócio, de atuação e renda, mesmo os projetos profissionais, como o desenvolvimento de jogos eletrônicos, que eu acredito que estejam no marco de economia criativa e dependem mais de conhecimento do que de investimento; no entanto, hoje abrem áreas importantíssimas, não apenas no entretenimento, mas na saúde, na educação, para atuação dessa juventude criativa. De outro lado, o que aqui já foi colocado por vários Vereadores, as iniciativas locais, especialmente de grupos de cultura, de artistas, de ativadores culturais, de escritores que promovem, como o exemplo da Vila Flores, mas têm a teia aqui no Bom Fim, existem inúmeros espaços de organizações construindo alternativas culturais, associativamente, para a nossa Cidade, para o Estado, e que, com algum suporte, algum financiamento, podem produzir muito mais alternativas, empregos, espaço para quem vive da arte, para os trabalhadores e trabalhadoras da arte e para vocações novas, ligadas à arte.

Quero chamar a atenção de dois equipamentos que se prestam muito para isso se tiverem um apoio melhor, mais orgânico, continuado, por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que são os Estúdios Multimeios - um deles está na Restinga, outro está no Teatro de Câmara Túlio Piva, no bairro Cidade Baixa, que acredito que não esteja mais funcionando, sendo que este foi inaugurado com equipamentos emprestados.

Ora, esses Estúdios Multimeios são bases tecnológicas muito importantes para as manifestações culturais populares, como o *hip-hop*, como as bandas, que se organizam na periferia da nossa Cidade, que não têm como produzir, editar seu primeiro CD, fazer, dar base para um trabalho, que é contracorrente, contrahegemônico, que organiza a juventude das periferias, quase sem dinheiro, quase sem apoio. Então, os Estúdios Multimeios e também os espaços públicos de informática estão muito abandonados; os próprios espaços informatizados nas escolas dão suporte a uma série de atividades

criativas que iniciam nosso jovem na cultura criativa, ou mesmo a partir dessa cultura no meio de trabalho que usa a Internet, o meio virtual. Acredito, sim, queria falar deste aspecto, Ver. Villela, porque são aspectos que dependem de pouquíssimo recurso, precisam é de apoio, organicidade, parcerias, de um trabalho continuado. Isso pode representar para a nossa juventude um grande aporte para o esforço que tantos jovens fazem hoje para construir alternativas de renda para a nossa juventude, que não seja a tentação do tráfico de drogas. É inegável que a nossa gurizada, a partir dos 14 anos, filhos dos trabalhadores e trabalhadoras da periferia da Cidade, precisam de um suporte de renda, porque esse jovem, pré-adolescente, começa a ter necessidades próprias da sua faixa etária e vai encontrar, muitas vezes, no tráfico, dinheiro fácil. Portanto, a economia criativa é alternativa substancial, ela é atrativa, é desafiadora, ela dialoga com a linguagem dos jovens. E nós precisamos que ela aconteça exatamente para que eles escolham um caminho de qualidade de vida, de criatividade e que dê alguma renda, alguns recursos enquanto eles concluem os estudos; eu acredito muito nisso. A nossa juventude pobre da periferia precisa de financiamento para concluir os estudos, o final do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que é quando ocorre a grande evasão. E essa grande evasão, sim, é para o trabalho precoce, é para ajudar a família, é para dar conta das suas necessidades de jovens. E essa é uma área que pode trazer grande alternativa. Agora o ensino é obrigatório até os 17 anos, mais ainda, como fazer com que o jovem se mantenha na escola e trabalhando? Com alternativas que não são do trabalho tradicional, da carteira assinada das 8 horas por dia. Parabéns, Ver. Villela, queremos aprovar, sim, com mérito, essa proposição que prevê na Lei Orgânica a economia criativa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Está cumprida a 1ª Sessão de discussão do PELO nº 001/15.

Solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão, em 1ª Sessão, do PR nº 009/16 e do PR nº 007/16, e, logo após, à discussão e votação do PLE nº 021/13. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão, em 1ª Sessão, o PR nº 009/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Está cumprida a 1ª Sessão de discussão.

Em discussão, em 1ª Sessão, o PR nº 007/16. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Está cumprida a 1ª Sessão de discussão.

O Sr. Cláudio Janta (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PELO nº 001/13. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão, em 1ª Sessão, o PELO nº 001/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Está cumprida a 1ª Sessão de discussão.

Em discussão o PLE nº 021/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 284/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 030/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 014/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 103/14. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 103/14, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde. O Ver. Nedel trouxe fotos para mostrar o quão belo é e o quanto redistribuímos o espaço público onde ficam estacionados os veículos motores, geralmente de uma

peessoa ou duas, essa é a média de ocupação dos veículos na nossa Cidade. Os veículos ficam ali estacionados durante horas, mesmo que seja um estacionamento rotativo o automóvel fica ali por duas horas. Ou seja, por duas horas, uma pessoa deposita ali o seu bem. Tem uma frase muito interessante de Enrique Peñalosa, ex-Prefeito de Bogotá, que diz que não existe o direito fundamental de estacionamento. Então, não é porque eu tenho um veículo automotor que o Poder Público é obrigado a encontrar um lugar para eu depositá-lo. Então, em vez de uma pessoa só utilizar aquele espaço, nós estamos aqui criando – ao aprovarmos esse projeto – o programa de *parklets*. É uma espécie de minipraças em que ali há a utilização para o público em geral. Tivemos o cuidado de colocar um artigo que trata dessa questão de que, se a Prefeitura optar por fazer parceria com um bar ou um restaurante ou um outro empreendimento para a manutenção desse espaço, que não o faça de forma fechada. Ou seja, continuará esse espaço aberto à população de forma geral. Falei antes e quero repetir agora, há mais Vereadores e Vereadoras no plenário: esse foi um projeto que construímos junto com a Secretaria Municipal de Urbanismo. Fizemos um grupo de trabalho e mostramos o quanto é importante reservar este espaço - São Paulo e Canoas já estão fazendo – para a ocupação pública. É um projeto que tem uma enorme aprovação pelas pessoas. E quero reservar um minutinho, aproveitar a presença da Laura, da rede Minha Porto Alegre, porque existe uma ferramenta de participação da qual eu convido a todos os Vereadores e Vereadoras a participarem, em que é possível cadastrar projetos; os quais são aprovados e as pessoas que os aprovam podem entrar em contato conosco, que somos pressionados, digamos assim, nesta chamada panela de pressão. Acredito que muitos aqui, ou todos, receberam pelo menos 200 *e-mails* de pessoas interessadas neste projeto e de outras tantas, talvez não por *e-mail* que o entendem factível, o entendem proveitoso e o apoiam.

Então, realmente, quero, aqui, reforçar este pedido. Nós já tentamos, no ano passado, dialogamos com a base do Governo, com o Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo. Naquele momento, entendemos que ainda precisava um pouco de maturação dentro do Executivo; portanto, aguardamos mais esses meses. O ano começou, este projeto está chegando para votação depois de uma longa espera. Não pedimos para antecipá-lo. Até quero fazer um registro ao Ver. Elizandro Sabino: apesar de o seu projeto ser uma indicação – o senhor pediu para trazê-lo para a frente –, ele poderia criar uma polêmica, e

nós, mais uma vez, não conseguiríamos colocá-lo em votação, e já faz duas Sessões que, quando chega esse projeto para votação, cai o quórum e não conseguimos votá-lo. Desta vez, não queríamos correr este risco.

É um apelo que se faz, é um projeto para a Cidade. Não foi nossa a criação; nasceu há 20 anos, em São Francisco, na Califórnia, e rediscutiu esta questão da ocupação do espaço. E nós, aqui, estamos queremos transformar esta vaga de estacionamento – colocamos ali leito carroçável, porque também, em alguns lugares, a vaga de estacionamento é um lugar que pode servir de trânsito para os veículos –, estamos destinando este espaço para a criação de um programa que, logicamente, estará a cargo do Executivo regulamentar e implementar, mas precisamos, do ponto de vista legal, autorizar esta ocupação para o bem maior da nossa população.

Pela aprovação do projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 103/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, este projeto do Ver. Sgarbossa vem de longa data, é de abril de 2014, e, por circunstâncias gerais, está na Casa há dois anos. Correu pelas comissões – bem acentuou o Ver. Nedel no início dos trabalhos -, e a grande maioria das comissões, de forma uníssona, recomendou a sua rejeição. A matéria inclusive, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, passou pela Comissão de Cultura, ocasião em que fomos relatores da matéria e, de forma singela, porém objetiva, assinalamos, de forma muito clara, embora não seja competência da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a discussão acerca da constitucionalidade do projeto. É imprescindível sublinhar que o parecer prévio exarado pelo órgão consultivo da Casa aponta, de maneira objetiva, o malferimento ao princípio da independência dos poderes, consagrado no art. 2º da Constituição Federal. Nesse sentido, somamo-nos à manifestação da CUTHAB, que opina pela rejeição do projeto, mesmo porque discordamos do parecer exarado pela CEFOR, que entende que o interesse público em relação à matéria se sobrepõe aos demais, por divergirmos dessa posição, não só por ser antijurídica, mas também e principalmente pelo fato de que ela

pág. 28

descaracteriza o real sentido do interesse público, o qual, *data venia*, deve ser alcançado dentro da lei e em conformidade com as normas constitucionais que regem a administração pública do País. Essas colocações podem ser entendidas como formais, mas se elas pudessem ser desprezadas - e não podem -, a antijuridicidade faz com que o risco de uma eventual aprovação do projeto na Casa seja seguramente vetado pelo Executivo, dada a recomendação expressa das comissões nesse sentido, entre as quais a própria Comissão de Constituição e Justiça, a Procuradoria da Casa. Mas se mais não fosse, nós diríamos o seguinte: o projeto fala em cobertura verde, depois vem com *parklets*, anglicanismo próprio de quem um dia passou por algum lugar do mundo e resolveu querer copiar aqui para Porto Alegre coisas que estão acontecendo no mundo e que, Vereador Líder do PSOL, aqui em Porto Alegre já ocorre com tranquilidade, com segurança, na base da coexistência com a Administração Central, que, em vários lugares, autoriza esse avanço nessa área de forma provisória. Essas áreas são gravadas para eventuais alargamentos em função da via pública e assim por diante. O ajuste se dá, por exemplo, na Rua Demétrio Ribeiro, onde várias situações se realizam, e isso ocorre sem a necessidade de uma lei específica nesse sentido, que tenha uma iniciativa parlamentar que é comprometedora da juridicidade da mesma. Então, no mérito, nós já vimos, inclusive, estabelecimentos comerciais se alojarem na via pública em um lugar onde é possível. Eu dou um exemplo, no Mercado Público estão instalados ali vários locais onde, especialmente no verão, os clientes são atendidos, e isso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...mas não é em toda a rua que isso é possível. Na Rua da Ladeira, o Bar Tuim, tradicional de Porto Alegre, ocupa um espaço nesse sentido, porque ali não tem trânsito. Não é de se pensar que em outras artérias de Porto Alegre isso seja viável, porque seria totalmente desaconselhável. Já existem muitos equipamentos colocados no leito da via pública dificultando a mobilidade e, se nós fôssemos similar em alguns dos lugares de forma inadequada a instalação dos leia-se *parklets*, com todo o anglicanismo que o termo possui, se nós fôssemos autorizar isso, nós estaríamos comprometendo mais ainda o trânsito que na cidade de Porto Alegre, que já é muito dificultado. Por isso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Sr. Presidente, eu tenho aqui a presença da Liderança do Governo que me autorizou a falar em nome do Governo, e nós recomendamos que a

matéria não seja aprovada até porque é antijurídica e também porque, no seu mérito, é contraditória. Poderia ensejar situações desagradáveis aqui para a Casa aprovando uma lei que, com toda a certeza, iria receber o veto da Administração Municipal. Era isto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 103/14.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o Ver. Reginaldo Pujol falou muito claramente que esse projeto vai atrapalhar o nosso trânsito, que já é muito difícil. Recebi mais de 200 *e-mails* de um grupo chamado “Pressão na Panela” para pressionar os colegas a votarem a favor. Só que essa pressão não diz nada, não justifica, só diz para votarem a favor. Só que o seguinte: esse projeto foi rejeitado pela Procuradoria dizendo claramente que há vício de origem, porque o Vereador não tem prerrogativa para elaborar esse tipo de projeto. Foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça e só não foi rejeitado por unanimidade porque o Vereador autor do projeto não se considerou impedido e votou a favor. Então o projeto teve o seu andamento. Foi rejeitado, repito, na Comissão de Justiça, na Comissão de Urbanismo e Transporte, na Comissão de Educação e aprovado na Comissão de Finanças. O projeto prevê um equipamento temporário avançando na pista de rolamento e atrapalhando o já caótico trânsito de Porto Alegre. Já expliquei aqui que não é dessa forma que se faz *parklets*. É de outra forma. Então deixo muito claro que esse projeto não é legal, é inconstitucional, porque tem vício de origem fundamental. Se aprovado, fatalmente vamos ter perda de mais tempo, porque ele será vetado, sem dúvida. Então, solicito a meus pares que votem contra esse projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLL nº 103/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 7 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

O Sr. Idenir Cecchim: Me enganei ao votar. É não.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Já havia apregoadado, mas fica registrada a *posteriori* a declaração de Voto do Ver. Idenir Cecchim.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. João Carlos Nedel e do Ver. Guilherme Socias Villela, ao PLL nº 360/13.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Delegado Cleiton, ao PLL nº 065/13.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton que solicita dispensa de envio às Comissões da Emenda nº 02 ao PLL nº 065/13, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 065/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/13, como autor.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que aqui nos assiste, eu vi que alguns colegas ficaram indecisos no momento em que se fala em obrigatoriedade de estabelecimentos comerciais a normatizarem o que eu chamo aqui de formalizar respeito à situação de existência de vagas para deficientes, cadeirantes, idosos. Coisas que nós vemos a todo momento; agora, eu recebi, há pouco, um *e-mail* sobre uma pessoa com o carro atravessado, ocupando as duas vagas: a de deficiente e de idoso. Senhores, ninguém está criando mais um gasto para os comerciantes. Nós estamos trabalhando com uma questão educativa. O projeto diz que os estabelecimentos que tenham a disponibilização de alto-falantes, de sistema de som - e aqui ninguém está vendendo alto-falante, ninguém está sendo patrocinado por alto-falantes ou coisa parecida -, informem, inclusive existe uma emenda, de uma em uma hora – a nossa emenda era de meia em meia hora –, no sentido de que o uso dessas vagas deva ser realmente obedecido. Seria um serviço de informação e um prestígio àquelas pessoas que realmente necessitam daquelas vagas nos estabelecimentos públicos. Ninguém está querendo que instalem o som – eu até gostaria disso, mas eu não quero criar um sentimento de que os comerciantes irão gastar –, mas sim que os comerciantes que têm essa disponibilidade reforcem o sentimento de respeito da população àquelas vagas nos seus estabelecimentos. Então, é mais ou menos isso, senhores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 065/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, a nossa bancada fez uma conversa sobre o tema, de fato passamos pelas dúvidas sobre já haver essa indicação nas vagas, nos boxes, mas o Ver. Marcelo nos lembrou, e refletimos bastante, dessa dimensão educativa, Ver. Comassetto, para criar novas posturas. Na verdade, de meia em meia hora ou de hora em hora talvez fique um pouco chato, nos alto-falantes, talvez devêssemos modelar para que, no mínimo, duas vezes por turno isso seja veiculado, de uma forma agradável. Porque nós precisamos incorporar novas posturas na população da nossa Cidade, e essa divulgação vai criando uma compreensão de que é verdade e de que é preciso se ligar, se alertar para as vagas para pessoas com deficiência, para idosos e para gestantes. Acho que essa boa convivência, essa delicadeza, esse cuidado com o outro, com quem está numa situação diferenciada, não vai acontecer apenas mediante multas, como muitas vezes é necessário, a multa moral, que é muito interessante. Criar vários movimentos de multa moral, mas principalmente pela formação, pela educação para uma nova postura. Por isso nós estamos apoiando a proposta do Ver. Delegado Cleiton.

Quero aproveitar e dizer que nós entendemos, sim, que esta Câmara deve se imiscuir na atividade privada. O Município usa esse argumento para vetar projetos propostos pela Câmara, e infelizmente a nossa Procuradoria também entende isso, então cerceia demais a atividade dos Vereadores e das Vereadoras. E nós devemos, sim, propor leis, propor resoluções para avançarmos na urbanidade, avançarmos na justiça social, na democracia dos espaços, no cuidado com o outro e com a outra.

Então é nosso entendimento que esse tipo de iniciativa está no marco de uma nova sociedade, na sociedade do cuidado. Eu quero lamentar que não houve possibilidade de nos manifestarmos mais uma vez sobre as áreas verdes, propostas pelo Ver. Marcelo, que tem o mesmo sentido, o sentido de nos colocarmos contra a corrente, contra a pressa, contra a homogeneização, contra a naturalização do progresso a qualquer custo. Nós entendemos que a Cidade precisa cuidar da sua gente caminhando, da sua gente

brincando, da sua gente indo à cultura e ao lazer e todos tendo o direito de ir e vir com atenção, com cuidado, enquanto pessoas que têm diferentes faixas etárias, diferentes condições físicas. Acho que esse projeto se coloca nesse sentido.

Então, Ver. Delegado Cleiton, eu quero, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, parabenizá-lo pela iniciativa e dizer que a nossa bancada vota favoravelmente. Educar é necessário por todo o tempo e por toda a vida. A educação não está restrita aos bancos escolares, e quero, com isso, fazer referência ao projeto de lei sobre o sal. Nós temos entendimento de que todos devem educar por uma alimentação saudável para o cuidado com as gestantes, com pessoas com deficiências, com todos! Todo o equipamento público deve ter o sentido educativo, todos os que atuam, seja na área da alimentação, da venda, precisam ajudar a construir uma nova postura. Não é mais possível que todos os problemas da sociedade tenham um único lugar para serem resolvidos: na escola. Não. A sociedade tem uma grande força no seu poder de comunicação, no seu poder de relacionamento, de aglutinação de pessoas, seja em *shows*, seja em *shoppings*, seja em ruas, em festas. E esse poder tem que ser usado ...
(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 065/13 da priorização, que é um projeto educacional. Então, se de repente, repassei de forma que não é o que nós gostaríamos, eu gostaria de compor com os colegas, porque eu acho que é de grande importância esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Elizandro Sabino (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação da Indicação nº 037/15. Após retornaremos à ordem normal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Elizandro Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada da priorização de votação do PLL nº 360/13. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Indicação nº 037/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com abstenção da Ver.^a Sofia Cavedon, do Ver. Marcelo Sgarbossa e da Ver.^a Fernanda Melchionna.

Em discussão o PLL nº 173/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 173/13.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, este é um projeto com dois artigos que obrigam empresas fornecedoras de bens e serviços executados de forma contínua a estenderem aos consumidores, cujos contratos estejam em vigor, a critério desses, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores. O que tem acontecido, na prática, Ver. João Bosco Vaz? TV a cabo, Internet, serviço de telefonia, normalmente se faz um contrato, e, posteriormente, acompanhamos, pela televisão, as empresas - Ver. Cecchim – que é empresário e entende disso – oferecendo para novos clientes um serviço mais barato e mais vantajoso do que o daqueles clientes que, muitas vezes, têm uma conta telefônica ou de Internet há cinco ou dez anos. Para atrair novos clientes, a empresa faz uma promoção – Dia das Mães, Dia dos Pais – em que os novos clientes têm uma vantagem muito maior do que aquele cliente fiel àquela empresa há vários anos. O que nós estamos propondo aqui é que o cliente antigo, aquele que deveria ser privilegiado por ser fiel à empresa, tenha o direito de ter a mesma vantagem que a empresa está oferecendo aos novos clientes. Eu acho justo que um cliente antigo tenha o

direito de ter as vantagens oferecidas aos novos. Se a empresa tem condições de oferecer vantagens aos novos clientes, os antigos também têm que ter essa opção. Muitas vezes – nós estamos acompanhando –, principalmente as empresas de telefonia móvel oferecem vantagens a que eu, que sou cliente antigo, não tenho acesso. Para conseguir, eu tenho que sair da empresa, desfazer o contrato – o que, muitas vezes, é difícil, pelo mau atendimento dessas empresas –, para poder fazer um novo contrato mais vantajoso. O que nós queremos é que os antigos clientes tenham a opção de ter os mesmos direitos das ofertas e vantagens que são oferecidas para captar novos clientes. Se eles têm condições de fazer essa promoção para cooptar novos clientes, é certo que não estão tendo prejuízo, e que eu estou pagando um preço maior do que eu deveria pagar. Quero ter o direito de escolher esse plano novo de Internet, de telefonia celular e de outras modalidades, para que eu possa ter essa mesma vantagem como cliente antigo e fiel. É um projeto simples, e eu acho que muda bastante a vida do consumidor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 173/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, falo em nome do PSOL – em nome do Ver. Alex e no meu –, Ver. Mauro Pinheiro, cumprimento o senhor pela iniciativa. O fato é que essa é uma lamentável realidade. Muitas vezes, são abertas promoções para atrair novos clientes e esses planos não são estendidos às pessoas que já têm um determinado plano, clientes mais antigos dessas empresas fornecedoras. Quero cumprimentá-lo pelo projeto meritório. Acho que isso é recorrente em empresas de telefonia, em empresas de TV por assinatura e tantas outras que nós podemos listar, sem contar os casos graves que tivemos na telefonia, de venda de determinados planos com Internet ilimitada para celular que, na verdade, têm limitação de dados. Depois que essa limitação acontece é que as pessoas se dão conta, lamentavelmente, que foram induzidas a comprar determinados planos que não correspondem ao que foi contratado na loja. Infelizmente, essa é uma realidade em Porto Alegre. Nós sabemos que no Procon a maior causa de reclamações é justamente das empresas de telefonia. Queremos parabenizar,

dizendo que esse projeto é bastante importante para os direitos do consumidor, para os direitos da nossa população e terá o nosso voto favorável, meu e do Prof. Alex.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mauro Zacher, o PLL nº 173/13. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

O Sr. Engº Comassetto (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 207/11 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação da Indicação nº 009/16 e do Requerimento nº 031/16. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação a Indicação nº 009/16. (Pausa.) O Ver. Paulo Brum está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 009/16.

O SR. PAULO BRUM: Só para agilizar o nosso processo de votação, esta minha proposição é muito simples. Nós aprovamos, em 2013, uma lei que determina que a EPTC multe quem estacionar em vagas reservadas para veículos de pessoas com deficiência – essa lei foi aprovada pela Câmara e promulgada pelo seu Presidente. Recentemente, a lei federal do Estatuto da Pessoa com Deficiência determina que o Município possa entrar nos estacionamentos privados de uso público e multe, no caso de apreensão do veículo. Então é isto que nós queremos: que o Executivo Municipal cumpra

uma lei aprovada por esta Casa. E a própria lei federal agora determina que é de competência do Município multar e fazer a apreensão desse veículo, no mesmo processo em que foi discutido o projeto do Ver. Delegado Cleiton, que é exatamente que se cumpra a lei e que as pessoas mal-informadas, mal-intencionadas não usem uma vaga reservada para veículos que transportem pessoas com deficiência, aproveitando-se de um benefício. Portanto, eu peço o voto dos Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 009/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade.

Em votação o Requerimento nº 031/16. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** com a abstenção da Ver.^a Lourdes Sprenger e os votos contrários dos Vereadores Tarciso Flecha Negra, João Bosco Vaz e Idenir Cecchim.

O Sr. Reginaldo Pujol: Voto lamentando que a gente crie Frente Parlamentar aqui, como fazemos voto de congratulações, porque já devemos ter umas 50 frentes parlamentares aqui, sendo que, no fim, não funciona nem uma, nem outra.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Indicação nº 043/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito a abertura do painel para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em discussão, em 1ª Sessão, o PELO nº 006/13. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 006/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acho ruim fazermos a discussão sem a presença do Ver. Cláudio Janta, se ele estiver no gabinete, é importante que ele venha, por isso pedi verificação de quórum. Mas quero aqui, então, fazer uma reflexão com Vossas Excelências. Acho que o projeto tem a pertinência de estar vindo ao encontro do que já é a definição do Plano Nacional de Educação. Plano Municipal e Estadual de Educação, um acúmulo das conferências nacionais de educação, duas grandes conferências que reuniram mais de 10 mil pessoas representando as conferências estaduais e municipais que aconteceram previamente e que projetam, em 10 anos, ampliando o tempo escolar para os nossos alunos e alunas, ao mesmo tempo em que amplia a cobertura escolar, portanto a vaga, a partir deste ano, de 4 até 17 anos. Repito, senhores: é obrigatória a frequência escolar, através da Constituição Brasileira e também através dos planos nacionais de educação – nacional, estadual e municipal – de 4 a 17 anos. Então, essa ampliação do tempo escolar, acompanhada da ampliação da cobertura e da obrigatoriedade da vaga na escola, deixa de ser de 6 a 14 anos e passa a ser dos 4 aos 17 anos. Nós estamos no Brasil, a partir deste ano, com cinco anos a mais de obrigatoriedade de frequência escolar, e de oferta de vaga, e de garantia dos pais quanto à frequência dos filhos na escola. Ora, ampliar turno e ampliar frequência escolar são coisas que demandam recursos, e, por isso, os mesmos planos citados indicam que, em 10 anos, nós deveremos chegar a 10% do Produto Interno Bruto – PIB -, aplicados e investidos na educação. E não é daqui a 10 anos, é já! É progressivamente. Então é preciso que caminhem juntos: financiamento, aumento de vaga e aumento de tempo escolar. E significa, senhores e senhoras, que nós não poderemos continuar gastando o que nós gastamos em educação, que nós teremos que ampliar o que gastamos em educação. Porque nós não faremos aumento de tempo escolar, aumento de vaga com redução de qualidade. Essa, para mim, é uma pauta muito importante, e a manutenção da qualidade implica, sim, em chegarmos a bons salários aos professores e professoras de todo o País; implica, sim, em melhorarmos as condições e dobrarmos os espaços físicos das escolas, porque turno integral, hoje, em Porto Alegre, é para poucas turmas. Ainda recebi esta semana uma escola que tinha informação de que eram cinco turmas, mas só duas dobram o turno escolar. E hoje, o turno escolar integral depende exclusivamente de recursos do Governo Federal através do Programa Mais Educação e do Projeto Cidade Escola, mas ainda são muito poucos os alunos que

conseguem frequentar o turno integral. Eu sou defensora de que se amplie gradativamente, mas, colada à ampliação gradativa do tempo escolar, nós temos que garantir a ampliação gradativa dos recursos na educação. Não basta projeto de lei, tem que haver projeto de lei colado ao financiamento, colado aos recursos.

O Ver. Aírto Ferronato não está no plenário neste momento, porque eu ia propor que votássemos o Comcreches – Comissão Especial das Creches Comunitárias, porque as 240 creches comunitárias de Porto Alegre, conveniadas, atendem em turno integral, atendem, às vezes, até dez horas/dia uma criança. Duzentas e quarenta escolas infantis comunitárias conveniadas já trabalham em turno integral; 18 mil crianças em Porto Alegre, mas infelizmente elas são deficitárias no seu financiamento. As creches comunitárias têm que cobrar dos pais, mas, mesmo cobrando dos pais, precisam buscar recursos no Funcriança.

Portanto, se nós indicamos turno integral, nós temos que exigir do Governo Municipal que desembolse a emenda que votamos no ano passado de R\$ 2,5 milhões, que não chegou às creches comunitárias. E repetimos essa emenda popular, neste ano, de mais R\$ 2,5 milhões. Ora, se esses recursos não chegam às creches comunitárias, que hoje já tem o atendimento de turno integral, como vamos ampliar o turno integral? Então, senhores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, considerando que essa matéria está sendo discutida em 1ª Sessão no dia de hoje, na qual não está presente o Ver. Janta, proponho que eu me reserve para falar na próxima Sessão em que a matéria vai estar no segundo dia de discussão e que nós demos por cumprido o primeiro dia agora e passemos para uma outra matéria que esteja aguardando a possibilidade de votação, respeitada a presença do Vereador que está na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 006/13.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, quero aqui cumprimentar os colegas Vereadores e Vereadoras, bem como o Ver. Pujol, que faz o adendo aqui para

encaminhar este tema e este debate. Eu me inscrevi aqui para falar neste tema, porque é uma mudança na Lei Orgânica. A proposta do Ver. Janta é de grande relevância, para a qual precisamos fazer aqui um belo debate para que isso possa se tornar realidade na política pública municipal. Até porque eu não acredito que alguém seja contra que nas escolas do Ensino Infantil e Fundamental, ou seja, nas escolas municipais, possa haver dois turnos de educação. Aqui eu vejo o Ver. João Bosco Vaz, que é do PDT – e essa é uma bandeira histórica do Brizola, de tornar as escolas municipais no Rio Grande do Sul em dois turnos -, eu pergunto: por que não se efetivaram até hoje na totalidade? Pela falta de estrutura, de recurso, ou da priorização dos recursos, porque recurso existe.

Agora, a proposta vem do Ver. Cláudio Janta, e a proposição que ele apresenta é muito clara: a mudança altera o § 2º do art. 179 da Lei Orgânica do Município, portanto, a nossa Constituição Municipal, dispondo sobre o provimento de meios para que as escolas municipais, progressivamente, funcionem em turno integral. Portanto, Ver. Adeli Sell, nós precisamos discutir de onde vêm os recursos. E o Governo Federal propôs uma agenda positiva que vem ao encontro da proposta aqui do Ver. Janta, que é a destinação dos recursos do Pré-Sal, 75% deles para a educação.

Agora, lá no Congresso Nacional, há poucos dias, foi feita uma votação para desconstituir essa construção do Pré-Sal, e o Solidariedade votou a favor dessa desconstituição. Então, como o colega Janta não está aqui hoje, que nós possamos fazer esse debate para sabermos de onde virão os recursos para que as escolas do Município funcionem em turno integral. Tenho aqui a total concordância com a proposta do Ver. Cláudio Janta, agora nós precisamos debater sobre as fontes. E nós sabemos que as fontes municipais são escassas, com poucos recursos. E a Ver.^a Sofia acabou de relatar aqui sobre a luta das 242 creches conveniadas que têm turno integral. Uma criança na escola infantil custa R\$ 3 mil, e a mesma criança na escola estadual custa R\$ 8 mil. Então há uma diferença fenomenal entre um gasto e outro. Quem arca com essas diferenças? São as comunidades carentes, os pais e as mães. Então nós temos que resolver esta equação. E como esse debate não é só local, eu quero saber qual é o comprometimento do Governo do Estado para isso. O comprometimento do Governo Federal já foi acenado com o recurso, que é o recurso do Pré-Sal: 75% dos recursos do Pré-Sal são destinados para a educação, neste País, e 25% para a saúde. Bom, como é que nós tratamos isso? E aqui nós temos uma divergência: eu, do Partido dos Trabalhadores, com o Cláudio Janta, do

pág. 40

Solidariedade, temos opiniões diferentes. O PSOL tem opinião concordante com o destino dos recursos do Pré-Sal para a educação e para a saúde, mas o Solidariedade tem uma opinião diferente. Nós precisamos convergir, se queremos que esses recursos venham para o Município para fazer com que essa proposta se concretize aqui. Então ela não é só uma discussão local, Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo; ela é uma discussão estadual e nacional. Temos que destinar os recursos que chegam aqui para garantir sobre o turno único, ao qual temos acordo. Votaremos favoravelmente, mas queremos discutir a origem dos recursos. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 006/13.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadores, senhoras e senhores, em boa hora nós estamos aqui fazendo a primeira discussão sobre este projeto. É verdade que todos nós queremos e é desejável que nós tenhamos turno integral em todas as escolas da municipalidade, mas já foi bem colocado aqui que, no Brasil, nós temos uma divisão clara e nítida entre responsabilidades do Governo Federal, Estadual e Municipal.

Hoje mesmo a Presidente Dilma acaba de anunciar cinco novas universidades federais e 41 *campi* de institutos federais de educação. Eu diria que nunca antes se fez tanto pela educação em nível superior neste País.

O que está sendo feito no Estado? A Escola Mangabeira não tinha nem papel higiênico na semana passada, uma escola do Estado.

Temos um problema com a Educação Infantil em Porto Alegre, responsabilidade do Município. Do Município! E agora, no Ensino Fundamental são nove anos, Ver. Mauro Pinheiro. Nove anos!

Nós temos que fazer um debate aqui sobre o Orçamento. No mínimo do mínimo, para que pudéssemos sobreviver e respirar nas creches municipais, teria que ter um aumento imediato de 10% da verba – para respirar; para sobreviver, eu acho que nós deveríamos ter de 15% a 20%; e, para funcionar efetivamente, bom, aí nem se fala. Não acho que dá para pedir tudo, mas nós temos que discutir o mínimo do mínimo, o necessário, o imprescindível. Então, sim, nós queremos que as creches comunitárias continuem

atendendo as crianças da periferia, com acompanhamento pedagógico institucional da Secretaria Municipal de Educação, mas nós queremos, sim, mais verbas para as creches e para as escolas municipais de Ensino Infantil, em especial, e, principalmente, para aquelas que são das comunidades, bancadas pelas comunidades. Ah, não fossem as comunidades! Não fosse o voluntariado nesta Cidade, o que seria da Educação Infantil? É perfeito? Não, longe de ser perfeito! Até porque se diz que no Brasil se paga muito imposto. Eu quero dizer que as pessoas não podem ir pelo senso comum. Aparentemente se paga muito, porque pouco se vê e há problemas, mas, se os senhores e as senhoras olharem o sonômetro que a Afocefe-Sindicato colocou na Cidade, e se as senhoras e os senhores entrarem no *site* da Afocefe-Sindicato vão verificar o quanto se sonega de imposto neste Estado. O Rio Grande do Sul é o Estado que mais sonega tributos, mas nós, abaixo do Mampituba, batemos no peito e achamos que somos melhores do que o resto do Brasil. Não, nós não somos! Nós temos que fazer uma profunda reflexão, Ver. Kevin Krieger, Líder do Governo, sobre esse tema que está em debate. Qual a opinião do Governo? Nós não temos que fazer desse tema um Gre-Nal, porque daí vamos discutir educação em série, educação por ciclos, o que foi antes e o que foi depois do PT. E eu pergunto, Ver. Kevin Krieger, meu caro Líder do Governo: e nós vamos chegar a que lugar? A lugar algum! É o grande momento de o Governo vir aqui discutir e apresentar o que pensa sobre essa temática. Nós, aqui, estamos apresentando soluções, estamos apresentando uma proposta exequível orçamentária e não vamos simplesmente aprovar uma lei para dizer: “Eu aprovei uma lei para que seja turno integral.” A leitura vai ser essa. Senhoras e senhores, vamos aprovar aqui para que o Prefeito vete em seguida? Esse é o debate? Como tem acontecido com rigor aqui?

Para concluir, nós não queremos jogar para a torcida; quem faz isso é o Grêmio, o Internacional e o Zequinha. Aqui é a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, aqui tem que ter responsabilidade sobre o orçamento, tem que saber o que se cobra, o que se gasta. E eu queria em especial me dirigir aos dois companheiros do PSOL, porque nós temos responsabilidade com a coisa pública e por isso temos que discutir o orçamento da Educação Infantil e da Educação Fundamental, até porque o Ver. Prof. Alex Fraga é professor e a Ver.^a Fernanda Melchionna tem sido batalhadora conosco e com outros professores por bibliotecas, coisa que não tem mais nas escolas. Falei e disse!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 006/13.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tenho certeza de que nem um dos Vereadores e Vereadoras, quanto ao mérito, vai ser contrário ao projeto do Ver. Cláudio Janta. Nós, muitas vezes, debatemos, Ver. Adeli, sobre segurança, sobre a situação dos jovens que estão cada vez mais cedo no crime e, se formos analisar, a grande maioria é de jovens da periferia que não têm o que fazer. Com o turno integral, esses alunos, com certeza, ficariam na escola. Claro que precisaríamos ter escolas preparadas para isso, que tivessem, no turno inverso, esporte, lazer, cultura, recuperação das matérias que foram estudadas, para que esse jovem pudesse se preparar melhor e tivesse acompanhado, dessa forma, em tempo integral, para que seus pais possam trabalhar descansados. Mas a nossa realidade no Município de Porto Alegre é bem diferente do ideal que nós todos gostaríamos que fosse. O próprio ensino infantil, as nossas creches comunitárias... A Educação Infantil hoje está praticamente terceirizada nas mãos das creches conveniadas. Nós temos, no Município, hoje, mais de 200 creches conveniadas, e o recurso, muitas vezes, que o Município passa para essas creches comunitárias é insuficiente para que elas possam cumprir com a sua função pedagógica dentro das comunidades.

Quem acompanha e tem alguma relação - e eu tenho certeza de que a grande maioria dos Vereadores tem relações com as creches comunitárias - sabe o quanto essas creches conveniadas fazem ginástica para conseguir cumprir com o pagamento das suas despesas, porque para o convênio, por mais que o Município se esforce, são poucos os recursos. E com isso essas creches comunitárias têm imensas dificuldades de cumprir com a sua função dentro da comunidade. A obrigação é do Município com a escola infantil; os pais não têm obrigação de fazer o pagamento para a instituição e como não têm obrigação, muitas vezes, acabam não repassando a complementação necessária para a creche comunitária, ficando somente dependente do recurso que vem do Município, que sabemos que é curto, escasso, criando um grande problema nas creches comunitárias. Portanto, se temos dificuldade com o ensino infantil tenho certeza de que o Município terá condições piores ainda para resolver o problema do turno integral nas

escolas. Mas é um debate, e o mérito é apropriado porque é necessário que se avance numa melhor educação aos nossos alunos. Este é um debate que temos que fazer, mas buscando de onde virá o recurso e como o Município vai fazer essa nova despesa para manter os alunos em turno integral, mas com certeza a grande saída para resolver os problemas de criminalidade, de dificuldade desses alunos é o turno integral. Agora, esta é uma discussão bastante ampla que devemos fazer não só na Câmara Municipal, como também com a Secretaria de Educação do Município, com a Prefeitura como um todo, buscando saídas, em conjunto. Temos que ver onde buscar os recursos necessários para que a gente possa fazer esse turno integral, que será uma grande saída. É um projeto simples, mas nós temos certeza de que será difícil não só ser aprovado aqui, como também, posteriormente, a Secretaria de Educação implantar, pois nós sabemos que os recursos são escassos e que faltarão recursos para tanto. Acho que o debate é válido. O mérito da discussão é importante, e assim se inicia um debate importante da educação integral no município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Marcio Bins Ely (Requerimento): Sr. Presidente, tendo em vista que o Ver. Delegado Cleiton retirou dois projetos da priorização, então o PDT vem requerer a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 044/14. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 044/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 13 votos **SIM**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(17h43min) Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, passar ao período de Pauta. Após retornaremos à ordem

normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, venho a este microfone de apartes, por solicitação do Ver. Paulo Brum, Relator de dois processos internos, o Processo nº 0896/15 e o Processo nº 0845/15, que pediu a este Vereador que viesse aqui reconhecer não só o Relatório, como também trazer aqui uma retratação, nos dois processos, de alguma ofensa a qualquer colega Vereador. Quero registrar aqui que se isso transpareceu nas minhas falas, quero dizer que tenho o maior respeito e consideração aos 35 Srs. Vereadores, e alguma discussão política, se houve, foi no calor da disputa política e que não passa, em nenhum momento, por qualquer desrespeito de ordem pessoal ou dos mandatos existentes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

PAUTA

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores, hoje, na nossa Pauta, constam inúmeros projetos de iniciativa de vários Vereadores. Mas eu me inscrevi, especialmente, para falar a respeito de um projeto de autoria de lavra deste Vereador, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Porto Alegre. Quero dizer que a Casa da Amizade foi fundada pelo Rotary International e ela tem o objetivo de proporcionar um ambiente, onde as mulheres dos rotarianos possam desenvolver, dentro do princípio de Rotary, que é dar de si antes de pensar em si, um trabalho em prol da comunidade. Então, alguns Vereadores, aqui, conhecem a sede da Casa da Amizade no bairro Petrópolis em Porto Alegre, e, casualmente, este ano, o Rotary me procurou para duas iniciativas, sendo uma delas a das mulheres dos rotarianos. E eu quero aproveitar esta oportunidade também para fazer um apelo aos

nossos Pares, especialmente para a aprovação de um projeto de lei - que também é uma iniciativa do Rotary, que tem o apoio da Casa da Amizade e de toda a família rotariana -, que tem por objetivo tornar obrigatório, em Porto Alegre, a apresentação da caderneta de vacinação das crianças matriculadas nos anos em que se exigem as vacinas determinadas pelo calendário do Ministério da Saúde, proporcionando, assim, que as escolas também obriguem os pais a manterem em dia o calendário de vacinação das crianças em Porto Alegre. Mas ressalto, especialmente, e falo, aqui, no Rotary, por ser uma campanha mundial que é realizada por essa instituição, a vacina contra a poliomielite - a vacina contra a paralisia infantil. É sabido que, inclusive, em nível mundial, várias personalidades participam desta campanha, que é a campanha da gotinha contra esse vírus. Só quem tem na família alguém ou que conhece um parente, um amigo que tem poliomielite, sabe a maneira devastadora que esta doença afeta, especialmente, os membros inferiores. A paralisia infantil é uma doença que, realmente, deixa as pessoas, por vezes, com mutilações irreversíveis, dificuldade de caminhar, enfim. Então, a nossa ideia é, nesta quinta-feira, na reunião de Líderes, poder priorizar isso para segunda-feira ou para quarta-feira da semana que vem. Eu quero fazer aqui um convite aos rotarianos e todas aquelas pessoas que, de uma forma ou de outra, concordam com essa iniciativa. Eu sei que esta nossa ideia foi composta a quatro, seis, oito mãos, e a diretoria do Rotary Club de Porto Alegre-Norte veio aqui no nosso gabinete pedir para que a gente pudesse transformar essa iniciativa num projeto de lei, fundamentando, materializando no que diz respeito às futuras gerações. Se nós, através dessa iniciativa, pudermos evitar que uma criança contraia o vírus da paralisia infantil, já vale a pena fazê-lo.

Quero aproveitar este período de Pauta em que tramita, em 1ª Sessão, o PLL nº 041/16, que declara de utilidade pública a Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Porto Alegre para que possamos trazer à reflexão um projeto que também é de iniciativa do Rotary, para colocarmos na agenda positiva da Cidade, como uma política pública prioritária, que as escolas auxiliem a sociedade e, junto com ela, cobrem dos pais a caderneta de vacinação na época de matrícula das crianças, tanto as escolas públicas como as privadas, em Porto Alegre, e verifiquem se as crianças têm o carimbo e a comprovação de que foram vacinadas com as vacinas específicas das idades e, em especial, com a da poliomielite. Agradeço, Presidente, e, com a convicção de que nós aprovaremos em breve esse projeto, convoco toda a família rotariana e a sociedade

porto-alegrense em geral para que acompanhem a votação desse projeto no dia da sua priorização. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Márcio Bins Ely, como bom rotariano que é, muito acertadamente está propondo o reconhecimento da Casa da Amizade, constituída pelas esposas dos rotarianos, como uma entidade de utilidade pública, consolidando aquilo que efetivamente já é público: a utilidade pública dessa entidade, que, presentemente, está desenvolvendo, ali na Av. Taquara, várias atividades específicas, sempre procurando levar a bom termo o ideal rotariano de servir sempre sem pensar em si.

Por isso, Ver. Márcio, voltei aqui para emprestar a minha solidariedade a V. Exa. por essa proposta que, certamente, irá tramitar com tranquilidade na Casa, mas, como rotariano também, eu não poderia deixar de fazer esse registro, dizendo da sua feliz lembrança de incluir essa entidade tão meritória entre aquelas que vão ser reconhecidas como entidades de interesse público, ficando, assim, registrado para todos os efeitos de lei, inclusive facilitando o desenvolvimento de algumas atividades de benemerência que a Casa da Amizade vem realizando.

Ver. Márcio, eu quero que V. Exa., que está presidindo a Comissão de Constituição e Justiça, acelere o andamento desse processo. Escolha um bom relator, peça a ele que dê a devida brevidade na análise para que nós possamos, ainda no primeiro semestre, consagrar por inteiro essa iniciativa que merece a nossa maior atenção.

De outro ponto, e como hoje está em 2ª Sessão, eu quero salientar, de forma muito efusiva, a desafetação da área verde do Parque Chico Mendes, para futura implantação de equipamentos públicos.

Saiba V. Exa., Ver. Cassio, que nós tínhamos o compromisso de fazer hoje essa matéria ser liberada para que amanhã ela já possa estar na Comissão de Constituição e Justiça, onde há o apelo do Vice-Presidente daquela Comissão, o Ver. Cláudio Janta, para que lhe seja deferida a possibilidade de relatar a matéria, porque é outra proposta que, tão

logo seja possível, e será ao final da semana, estamos já decididos a requerer a aplicação do art. 81, liberando a matéria para colocar na Ordem do Dia e posteriormente priorizada. Haverá alguma necessidade de emenda, o Vereador-Relator da CCJ já está alertado, e nós estamos aí para colaborar para que isso ande objetivamente. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não havendo mais nenhum Vereador inscrito para discussão de Pauta, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h01min.)